



O caso dos cavalos que foram expulsos do Exército

Eram 550 cavalos particulares que estavam sendo mantidos pelo governo irregularmente — afirmou-se —, à custa do dinheiro do contribuinte. Eles acabam de ser expulsos do Exército. Cada um desses animais despendia um gasto de Cz\$ 5 mil mensais para sua manutenção, o que equivalia a quase sete salários mínimos. Somando, os 550 cavalos davam para o Exército uma despesa ilegal de Cz\$ 2 milhões e 700 mil por mês.

Ao decidir pela redução do número dos animais do Exército, há seis meses, o ministro Leônidas Pires Gonçalves começou a descobrir os gastos ilegais da Arma com cavalos particulares. De acordo com a legislação, todo oficial da Arma de Cavalaria tem direito a um cavalo de sua propriedade, ficando a despesa por conta do Exército. E muitos desses cavalos de particulares estavam sendo alimentados com aveia e alfafa do governo, isso acobertado por essa legislação.

O Exército, no entanto, nega qualquer irregularidade no fato de manter nos regimentos de cavalaria montada animais particulares custeados pela Força. Isso porque, conforme admitiu, a legislação relativa ao regimento permite alojamento e

manutenção de um cavalo de propriedade de oficial da ativa, pertencente à chamada Arma montada, ou seja, cavalaria, algumas unidades de artilharia e engenharia.

Assim — alegam os militares — não há qualquer veracidade na afirmação de que os cavalos mantidos pelo Exército, e que não pertençam ao regimento de cavalarias, sejam clandestinos. Ainda segundo eles, a redução do número de cavalos existentes no Exército ocorreu sobretudo devido à extinção de três unidades hipomóveis, de Mato Grosso do Sul.

O Exército mantinha — conforme esses militares — um contingente de 3.500 cavalos, até a desativação das unidades mato-grossenses, em 1985. Hoje esse número está bem menor, mas o Exército ainda enfrenta problemas com a legislação existente e que permite o arraçoamento (tratamento com ração) dos cavalos particulares dos oficiais da ativa.

Em Brasília, no regimento de

cavalaria de guardas, por exemplo, além dos quase 400 cavalos pertencentes ao regimento, outros 180 particulares ali comem, dormem e são treinados. Pertencem, em princípio, a oficiais da ativa, originários da arma montada.

Mas não é só no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas que são mantidos cavalos sob essa legislação. Existem também outras unidades, com quase 1.500 cavalos do Exército — Regimento Andrade Neves, do Rio, Regimento Osório, de Porto Alegre, Colégios Militares do Rio e de Brasília, Academia Militar das Agulhas Negras e Escola de Equitação, do Rio —, onde convivem com o arraçoamento permitido aos cavalos dos oficiais da ativa. Era bastante conhecido, no governo passado, o caso do major Dourado (secretário particular de Figueiredo), que mantinha um número superior a três cavalos no 1º Regimento. Segundo os militares, ele indenizava a Força pelos gastos com os animais, uma vez que só é permitido a posse de um cavalo.

Esse e outros abusos ocorridos provocaram a determinação do ministro do Exército no sentido de recomendar que a legislação fosse cumprida à risca, atendendo, portanto,

somente aos oficiais da ativa. Isso porque militares da reserva e mesmo alguns civis, valendo-se das amizades junto aos militares, usam esse direito conferido ao oficial da ativa e mantêm, em nome de oficiais do regimento, seus animais ali custeados pelo erário público.

Para normalizar essa situação é que o Exército está criando o Centro Hípico do RCG, onde, mediante pagamento prévio, os sócios, civis ou militares da reserva, terão direito de criar seus cavalos, atualmente mantidos pelo erário público. Assim se acaba com a situação de fato existente hoje e difícil de ser fiscalizada.

O processo de modernização do Exército está atingindo também a Cavalaria, permitindo que a Arma tenha condições de alcançar um alto grau de mecanização. Esse foi o esclarecimento dado ontem no Rio por um oficial que não quis identificar-se, a propósito das versões de que o Exército estaria “expulsando” os cavalos de propriedade de particulares e mantidos à sua custa. E explicou que os últimos regimentos de Cavalaria foram transferidos em regimentos de Cavalaria Mecanizada, sendo preservadas no Brasil três unidades que exercem funções de guarda.